

VISÃO DO CORREIO

Urgência na volta aos trabalhos

Os últimos blocos de carnaval marcaram ontem, em várias cidades pelo país, a despedida da maior festa das ruas e, agora, o Congresso Nacional é chamado a enfrentar a realidade que adiou. O recesso informal imposto pela folia e as articulações políticas típicas do período empurraram para depois da festa uma série de decisões. Deputados e senadores terão de lidar com uma agenda congestionada, capaz de definir não apenas o ritmo do Legislativo nos próximos meses, mas também o ambiente político às vésperas das eleições.

Sem sessão conjunta desde novembro, o Parlamento acumula 77 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à espera de apreciação. Mais de 50 deles trancam a pauta, impedindo o avanço de novas votações.

Entre as matérias que pressionam o calendário está o PL Antifacção, tratado pelo Executivo como peça central de sua política de segurança pública. Enviado com pedido de urgência, o texto precisa ser apreciado em até 45 dias. Após alterações promovidas no Senado, retorna à Câmara, onde caberá aos deputados decidir se mantêm as mudanças ou restauram a versão anterior. Governistas defendem o texto ajustado pelos senadores; opositcionistas sustentam que a proposta foi aprimorada ainda na Câmara e não deve sofrer novos recuos. Mais do que o conteúdo, está em jogo a narrativa sobre quem lidera a agenda de combate ao crime organizado.

No campo dos vetos presidenciais, a disputa segue. A oposição articula a derrubada do veto ao PL da Dosimetria, vetado integralmente por Lula em 8 de janeiro, data simbólica que marcou três anos dos ataques às sedes dos Três Poderes. O projeto prevê efeitos

retroativos e poderia alcançar condenações já proferidas no âmbito dos atos golpistas, inclusive a do ex-presidente Jair Bolsonaro. Para aliados do governo, trata-se de iniciativa que afronta princípios constitucionais e dificilmente vai para frente. Para a oposição, a demora na análise representa injustiça e seletividade.

Ao mesmo tempo, a base governista tenta avançar em pautas de forte apelo social. Entre elas, a proposta de redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6X1, medida que o Palácio do Planalto avalia como potencialmente mobilizadora junto ao eleitorado. A estratégia deve incluir novo pedido de urgência constitucional, o que, na prática, impõe ao Congresso a necessidade de decidir.

Outro tema sensível é a possível instalação de uma CPI para investigar o Banco Master. A depender do formato — se comissão exclusiva da Câmara ou mista —, a iniciativa pode ampliar o desgaste político ou contribuir para esclarecimentos técnicos. O risco, como sempre, é que a investigação se converta em palco de disputas narrativas, em vez de instrumento de apuração objetiva.

O desafio do Congresso é inequívoco: transformar o acúmulo em produtividade e o embate em deliberação qualificada. Em ano eleitoral, a tentação de antecipar palanques e radicalizar discursos cresce na mesma proporção em que diminui a disposição para consensos. Mas é precisamente nesses momentos que se mede a maturidade institucional.

Encerrada a festa, resta ao Parlamento provar que está à altura da responsabilidade que lhe cabe. O país não pode permanecer em compasso de espera enquanto a pauta se avoluma e as decisões são postergadas.



VANILSON OLIVEIRA
jose.vanilson.df@cbnet.com.br

O STJ esqueceu de dona Sônia?

Todos nós sabemos que a Justiça brasileira é lenta. Há quem diga até que é cega — ou que, às vezes, fecha os olhos para não ver. Também é chamada a falta de servidores em praticamente todas as comarcas do país, o que dificulta, mas não justifica, a morosidade no julgamento dos processos. A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, julgou, em 2024, cerca de 677 mil processos e, em 2025, foram 771.418 decisões ao longo do ano, incluindo recursos internos.

É o STJ o responsável pelo caso de dona Sônia Maria de Jesus. Ela foi resgatada por auditores fiscais do trabalho em junho de 2023. No entanto, dois meses depois, o tribunal revogou a decisão de resgate, ao entender que havia insuficiência de provas, e autorizou o retorno da mulher à casa dos patrões. Sônia foi resgatada aos 51 anos, cega de um olho, surda, não oralizada e não alfabetizada, nem em Libras nem em português.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), responsável pela apuração do caso, ela foi resgatada após trabalhar por cerca de 40 anos na casa do desembargador Jorge Luiz de Borba, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), em Florianópolis, em condições análogas à escravidão.

Em abril de 2025, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou a chamada “Lista Suja do Trabalho Escravo”, que incluiu 155 empregadores flagrados submetendo pessoas a condições análogas à escravidão. Entre os nomes está o de Ana Cristina Gayotto de Borba, esposa do desembargador Jorge Luiz de Borba, acusado de manter Sônia Maria de Jesus em situação de cativeiro por quatro décadas.

Nem mesmo a pressão da Organização das Nações Unidas (ONU), que no ano passado cobrou explicações do governo brasileiro, surtiu efeito. Cinco Relatorias Especiais da ONU

solicitaram oficialmente esclarecimentos ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Entre os questionamentos estão as razões que levaram a Justiça a autorizar o retorno de Sônia ao convívio de seus exploradores; a ausência de medidas eficazes de responsabilização dos acusados; a obstrução ao contato entre Sônia e sua família biológica; e as providências adotadas para garantir a proteção dos direitos das pessoas com deficiência e o combate ao trabalho escravo doméstico no país.

No comunicado enviado ao governo brasileiro, os relatores da ONU manifestaram preocupação com o tratamento dado ao caso, destacando múltiplas violações, como tráfico de pessoas, escravidão moderna, discriminação racial, violação dos direitos das pessoas com deficiência e violência de gênero. Segundo eles, além da própria Sônia, seus seis irmãos também são considerados vítimas indiretas das violações, em razão da privação prolongada do convívio familiar.

A família biológica de Sônia, que vive em São Paulo, relata dificuldades financeiras para visitá-la em Florianópolis. E no início deste mês, o STJ divulgou a lista de temas prioritários que devem ser analisados pelo Supremo neste ano, entre eles a tragédia de Brumadinho, ocorrida em 2019, o fornecimento de cannabis medicinal, a política migratória no Aeroporto Internacional de Guarulhos e o caso do ministro Marco Buzzi, acusado por duas mulheres de assédio.

A nós, resta torcermos para que os ministros responsáveis pelo caso de Sônia Maria de Jesus se sensibilizem diante do fato de ela ter permanecido por 40 anos trabalhando como empregada doméstica sem que seus direitos fossem respeitados — e, sobretudo, pelo fato de ter reencontrado sua família biológica, o que, por si só, já lhe garantiria o direito fundamental à liberdade.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Poder e ciência

Todo poder emana do povo. Verdade? Nem sempre. É o momento de utilizar a ciência e tecnologia (C&T) para o bem da humanidade. Os Estados Unidos da América (EUA), cujo governo emanou do povo, têm dificuldade de separar ação belicosa daquela pacifista. Historicamente, foi um país que se comportou voltado para o desenvolvimento, e sempre em busca da paz no mundo. Hoje, em atitude de ignorância, preferir a guerra que se impõe pela força. Sempre que a C&T estiver presente, é preciso agir de maneira altruísta e digna, não belicosa. São a elas, a paz e a C&T, que a humanidade almeja chegar. São elas as precursoras do desenvolvimento sustentável. Sustentável na sociologia, na economia e na ecologia. Países que possuem a ciência como virtude e a paz como necessidade recebem as bênçãos do Senhor, para o bem-estar da humanidade.

» Enedino Corrêa da Silva
Asa Sul

Fármacos

Durante a viagem ao Oriente, Lula assinou diversos acordos comerciais com a Índia. Contudo, um dos mais importante seria na área de fármacos, pois aqui, os remédios, dominados por empresas internacionais, são muito caros. Como se sabe, a Índia é um grande produtor nessa área. Na Coreia do Sul, as agências de fomento concentram-se nas pesquisas em C&T para desenvolver fármacos considerados muito caros e chegaram a desenvolvê-los a 20% dos custos internacionais. Aqui, infelizmente, ainda existe um descompasso entre as pesquisas de C&T com a produção industrial e as necessidades do mercado.

» Itiro Iida
Asa Norte

Terremotos

Quando nos deparamos com duas pessoas idênticas, não apenas na aparência, mas também no modo de agir, embora distantes geograficamente e até sem qualquer vínculo familiar, costumamos dizer que “foram separadas na maternidade”, tal é o grau de semelhança. Pois bem. Lá pelas bandas dos Estados Unidos, temos a figura de Jeffrey Epstein, que, com sua teia de contatos, amigos e afins, fez o que fez e sabe-se lá o que deixou de fazer. Por aqui, temos Daniel Vorcato, outro empresário bem relacionado nos meios político, judiciário e artístico, entre outros. Longe de mim classificar Vorcato como pedófilo, mas ambos provocaram um terremoto nas hostes políticas e sociais dos seus respectivos países. Mas, lá como cá, algumas revelações foram pontuais

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A passagem sobe. O salário, não. O ônibus atrasa. A vida, também. E o trabalhador? Bem, esse segue firme porque não tem alternativa. No DF, quem paga a conta é sempre quem menos pode.

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

Aumento das passagens de ônibus do Entorno é covardia com a população. Os ônibus estão sempre lotados, sujos e em péssimas condições de segurança!

Milena Soares — Brasília

Os crimes menores sustentam esquemas de receptação, fortalecem o crime organizado e têm impacto direto no dia a dia do cidadão comum. Será que nem esses delitos a polícia dá conta de acabar?

Paulo Teixeira — Riacho Fundo

Alguém precisa se posicionar contra esses aumentos absurdos nas passagens no Entorno. Isso não pode ser normal ou legal, com apenas a aprovação de um órgão nacional, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). É necessária também uma aprovação local, regional, de maneira que o que está acontecendo é absolutamente um descaso com a população. Aumentam deliberadamente as passagens, na hora em que querem. É necessário pôr um freio nisso, não pode ser só da maneira que empresas e cooperativas querem. Tem que ser de acordo com as condições cabíveis e adequadas.

» Olimar Costa
Brasília

Respeito

A luta é árdua e permanente em defesa da mulher. Ana Dubeux, na edição do **Correio** de 22 de fevereiro, não descança. Combate homens covardes, repulsivos e ordinários que insistem em diminuir e humilhar mulheres. Dubeux discorda da inacreditável decisão da Justiça mineira que absolveu um homem (homem? Vá lá) de 35 anos da acusação de estupro de uma criança de 12 anos, alegando que eles formam um casal e constituem família. Ela enfatiza sua indignação: “Não podemos achar normal que homens de toga descumpram as leis usando subterfúgios de exceção para justificar o injustificável!”. Nessa linha, enfatizo em poema que “a mulher é a chama infinita do amor/o sopro que fascina/é a luz eterna/é o fogo banhando o céu/o sorriso que move/é o cultivo da ternura”.

» Vicente Limongi Netto
Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D4

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br